

WORKSHOP: Oficina de Práticas Empresariais em Direitos Humanos

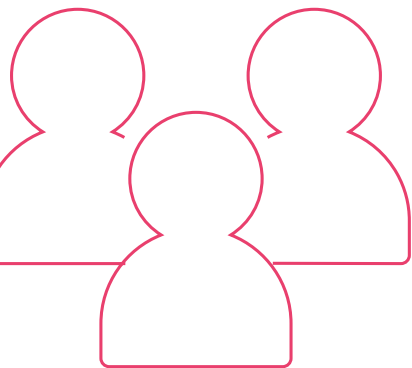
O CEBDS promoveu, no dia 21 de junho, um workshop para dialogar sobre demandas e oportunidades de ações das empresas com relação a Direitos Humanos. O evento também possibilitou o diálogo a respeito do desenvolvimento e uso de ferramentas de gestão empresarial no tema. A transmissão contou com tradução simultânea em libras.

Entre os palestrantes estiveram Simone Rocha, professora de Relações Internacionais da PUC-Rio e advisor GBI, além de Rafael Costa, advogado e gestor jurídico da Nestlé, e Lucio Vicente, diretor de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade do Carrefour, ambos trazendo cases das empresas. O evento foi mediado por Henrique Luz, coordenador técnico do CEBDS.

Simone Rocha destacou a importância das ferramentas e processos na devida diligência de Direitos Humanos. Diante da dificuldade de inclusão do tema nos processos de gestão das empresas, as ferramentas entram como facilitadoras. No entanto, quando se fala em avaliação de impacto, a grande questão está muito mais nos conteúdos do que nas ferramentas em si, pois há uma grande demanda de dados que as empresas devem levantar para que os resultados obtidos por meio das ferramentas sejam, de fato, eficazes. Ela reforçou que essa avaliação de risco e impacto deve garantir a escuta de todas as partes envolvidas.

A professora ainda chamou a atenção para a necessidade de se avaliar a capacidade de gestão das empresas após a identificação dos riscos e impactos. O quanto a organização aplica os princípios de Direitos Humanos? Como integra os controles a uma capacidade permanente de gestão nesse âmbito? Esses e outros pontos devem ser observados. Por fim, ela apontou para a importância de se integrar os riscos aos processos da empresa como um todo, pois isso permite dar visibilidade às questões relacionadas a Direitos Humanos, dando conhecimento aos gestores e possibilitando que o trabalho seja levado em frente, a longo prazo.

O advogado Rafael Costa, da Nestlé, falou sobre trabalho digno e Direitos Humanos, abordando os desafios de gestão da cadeia de valor. Segundo Rafael, antes de fechar negócios, os parceiros cada vez mais questionam o que as empresas estão fazendo no âmbito dos Direitos Humanos, o que é uma boa demonstração de como eles estão exercendo a governança dentro



desse tema. Ele ainda destacou que é de grande relevância para a causa o apoio de atores como o Ministério do Trabalho, ONGs e mídia.

Sobre o case da Nestlé, o advogado disse que são feitos diversos reportes à matriz da empresa, na Suíça, sejam eles mais amplos, ou de grupos específicos. Por exemplo, há o *Coffee Council*, que discute a sustentabilidade do negócio como um todo, mas também se reporta com relação a Direitos Humanos em particular, uma vez que os dois assuntos estão interligados. Há uma grande preocupação com o trabalho digno e existe um comitê de Direitos Humanos com representantes que discutem questões estruturais e avaliam caminhos. De acordo com ele, o grande objetivo é promover Direitos Humanos e evitar ao máximo que existam violações na cadeia de valor.

Rafael acredita que, no Brasil, existem questões que devem ser trabalhadas nos quesitos “ambientes seguros” e “nível de transparência”, bem como há a necessidade de engajamento de stakeholders. Ele considera importante, em multinacionais, que toda a estrutura esteja envolvida na governança do tema, pois isso contribui para que se possa endereçar corretamente as questões relativas a Direitos Humanos. E ainda é preciso conhecer o negócio entendendo a realidade de quem está trabalhando, ou produzindo a matéria prima que será introduzida na cadeia.

Encerrando o workshop, Lucio Vicente, do Carrefour, abordou como reverberar as ações de promoção dos Direitos Humanos na cadeia de valor, em especial no setor de alimentos, que é bastante complexo. Ele falou sobre as etapas dos ciclos de

governança do Carrefour, entre as quais estavam critérios de *due diligence*, avaliação de mapa de risco, código de compras, código de ética dos fornecedores, Acordo Nacional de Compra e Fornecimento (ANCF), auditorias presenciais e treinamentos.

Como case de destaque do Carrefour, Lucio apresentou a jornada da autonomia do fornecedor. Segundo ele, a resposta dos fornecedores costuma ser rápida quando há vantagem competitiva comercial, sendo uma boa estratégia dar reconhecimento aos que apresentam melhores práticas. Trata-se de uma jornada educativa para ambos os lados, que buscam evoluir conjuntamente no tema de Direitos Humanos. Ele ainda destacou a importância da preocupação do consumidor final com os produtos que compra e a necessidade de engajá-lo no processo.

PATROCÍNIO
OURO



PATROCÍNIO
PRATA



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



APOIO
ESTRATÉGICO

